

Indivíduo, Comunidade e Cidade³³

Individual, community and city

Romeu Zagalo³⁴

Resumo

As constatações sobre as transformações sociais e os problemas das cidades são rápidas e fáceis de encontrar. Compreender essas transformações, o seu significado e a sua tradução para a vivência dos espaços é crucial para a criação e manutenção das cidades. Ao longo deste artigo propõe-se uma análise histórica comparativa entre o impacto da visão individualista nas cidades do século passado, e a actual tendência para regresso às comunidades.

Palavras-chave

Indivíduo, comunidade, cidade, *co-housing*, *co-working*

Abstract

The findings on social change and the problems of cities are fast and easy to find. Understanding these changes, its meaning and its translation to the experience of space is crucial to the creation and maintenance of cities. Throughout this article we propose a comparative historical analysis of the impact of individualistic vision in the cities of the past century, and the current trend to return to communities

Keywords

Individual, community, city, *co-housing*, *co-working*

Notas preliminares

Nos dias que correm é recorrente encontrar constatações sobre as rápidas transformações sociais numa sociedade que parece cada vez mais fragmentada, ouvem-se os mais velhos queixar-se da insegurança crescente e os mais jovens interessam-se pela recuperação duma cidade que não conheceram. Como é evidente, as atuais transformações sociais têm repercussões no modo de vida dos indivíduos e, por conseguinte, no modo de habitar a cidade, criando um desajuste entre cidade e sociedade. Compreender quais essas alterações, quais as novas expectativas, e quais os novos modos de habitar é fulcral para a reabilitação do meio urbano.

1. Novos Paradigmas

A mudança de paradigma, duma sociedade homogénea para uma sociedade heterogénea e individualista, pode facilmente explicar a fragmentação social. Ao valorizar-se o indivíduo sobre a sociedade transforma-se a estrutura do tecido social e a cidade, claro, acompanha esta alteração (Bauman, 2006).

O espaço público é uma das características distintivas da cidade. Tradicionalmente, os lugares públicos eram caracterizados pela presença de equipamentos comuns, como o poço, a igreja ou o mercado. Estes espaços resultavam dum determinado espírito de comunidade espacial e temporal, onde era possível aos habitantes cruzar-se e constatar-se (Delfante, 1997). Isso é visível na cidade medieval de San Geminiano, ou nas praças do Rossio e da Figueira, em Lisboa, originalmente afetas ao Santo Ofício e ao Mercado, respetivamente.

Contudo, o crescimento das cidades e o desenvolvimento tecnológico, impulsionados pela revolução industrial, provocou uma fragmentação da comunidade ali residente. Como consequência deste processo, o indivíduo destaca a sua identidade da comunidade. A sociedade pós-industrial é um reflexo desta atomização social que ainda está em curso. Tönnies (2000) refere que, em sociedade, a maior parte das relações entre indivíduos são regidas pelo valor de troca. Isto significa que elas só se mantêm enquanto dois indivíduos têm interesses comuns, concluindo-se que existe uma racionalização das relações.

É para evitar a total atomização e manter a coesão social, que surge o conceito de Estado. O Estado tem como objetivo zelar pela equida-

³³ O presente artigo sintetiza alguns capítulos da Dissertação de Mestrado em Arquitetura, Comunidade, uma forma de pensar a cidade: Cohousing, Coworking e Codesigning na cidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura de Lisboa, 2015. E-mail: romeu.zagalo@gmail.com

³⁴ Mestre em Arquitetura pela Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa

de, harmonia e interesses dos seus cidadãos. No mundo ocidental este conceito está associado à ideia de nação, enquanto identidade homogénea cultural dum determinado território. É em prol desta homogeneidade e equidade social que as intervenções do Estado se baseiam. Neste modelo social, os indivíduos são reduzidos a equações, que sustentam acções universais. Na cidade, esta atitude é traduzida pela implementação de planos funcionalistas e homogéneos dedicados às necessidades transversais a cada indivíduo.

Durante o século XX, o fascínio pelo método científico e pela mecanização, aliados à sociedade cada vez maior e mais difícil de controlar, conduziu os Estados a impor estes modelos a grande parte da sua população. Do ponto de vista social, isto significa melhores e mais acessíveis sistemas de saúde e educação, bem como o surgimento de transportes públicos e de segurança social. Do ponto de vista urbano, os planos modernistas de Le Corbusier são uma referência para grande parte dos produtores arquitectónicos e urbanísticos que se seguiram.

As cidades desse tipo ofereciam aos seus habitantes uma estrutura organizada e funcional, desenhada segundo regras precisas e alicerçada na acessibilidade fácil. Esta estrutura era concebida de tal ordem que proporcionava a todos os habitantes uma vivência uniforme, calculada, e homogénea, em que as diferenças individuais em pouco influíam na organização do quotidiano.

2. Individualismo

Foi a geração do *baby boom* que começou por questionar a ação do Estado, por considerar a sua expressão pessoal e liberdade individual como principais elementos modificadores do campo social (Judt, 2012). No final dos anos 60 levantam-se vozes e surgem organizações vindas da classe-média que contestam estas imposições estatais. São contra a intervenção abusiva e indiscriminada de bairros, monumentos e da própria paisagem citadina que era feita em prol da reestruturação urbana sem imaginação e genérica. As organizações defendiam um exercício de modernização socialmente responsável e a favor do indivíduo e da comunidade, por oposição às intervenções insensíveis do poder central (Judt, 2012).

Como refere Judt (2012, p. 88) “era a época de Le Corbusier, o que as massas sentiam pelos seus novos apartamentos, pelas novas cidades para onde as tinham mudado, pela “qualidade de vida” que lhes tinha sido atribuída, era o mais das vezes encarado com indiferença”. O desin-

teresse pelos indivíduos é uma consequência do racionalismo transversal à ação do Estado no período Modernista (Scott, 2003).

A revolução social dos anos 60 colocou em causa as intervenções do Estado destinadas ao Homem Universal. Nas décadas que se seguiram, o individualismo – a afirmação de exigência de cada pessoa da máxima liberdade privada e da liberdade irrestrita para a expressão de desejos autónomos, e de vê-los respeitados e institucionalizados pela sociedade em geral – crescente coloca o Eu no centro da sociedade, privilegiando a iniciativa privada sobre a pública (Judt, 2012). A valorização do indivíduo privado fragiliza a confiança e identificação com as políticas do Estado.

A terciarização da atividade económica e do emprego da população, conducente à preferência pelas profissões liberais, resultou na dissolução de organizações comunitárias mais antigas. A separação das malhas comunitárias contribui para a incompreensão do vizinho e, por conseguinte para a insegurança (Bauman, 2006). As cidades individualistas são, assim, muito mais focadas na questão da segurança pública e espelham a vontade dos indivíduos de se isolarem para se sentirem seguros. É neste contexto que surgem novos modelos de habitação, independentes da sua envolvente humana e espacial – os condomínios fechados.

Este olhar individualista sobre as cidades é a materialização da descrença no Bem-Comum (Zagalo, 2015, p. 35). Nos anos 80, a proliferação de edifícios monolíticos espelha a exacerbação do individualismo. À semelhança do indivíduo, os edifícios eram independentes do meio, com acesso controlado, vigiados ininterruptamente, protegidos do clima por ar-condicionado ou aquecimento-central. Vãos espelhados permitiam contemplar as redondezas, sem que delas se pudesse conhecer o interior, o seu gigantismo reafirmava a vivência individual e privada da cidade.

Mas a alteração da vivência da cidade vai mais longe. Devido à insegurança sentida, as ruas das cidades esvaziaram-se, sendo substituídas por espaços funcionalistas vigiados – os centros comerciais. A sociedade individualista é, como Tönnies (2000) explica, uma sociedade utilitarista. Mais, o individualismo moderno está intrinsecamente ligado ao consumo, já que a individualidade não se apega a nenhum simbolismo de grupo (Bauman, 2003). No novo centro comercial de Londres, Canary Wharf, é visível esta nova cidade em que as ruas são apenas vias de circulação entre os edifícios. Lá, a vida acontece nas galerias do centro comercial, que está enterrado debaixo da praça. Também La Défense, em Paris, é um espaço intersticial entre os verdadeiros espaços públicos

– os diversos centros comerciais e empresariais e as estações que o limitam (Zagalo, 2015).

3. Novas Comunidades

“Perdemos a comunidade porque perdemos a segurança, uma qualidade fundamental para uma vida feliz, mas uma qualidade que o mundo em que vivemos é cada vez menos capaz de oferecer e ainda mais relutante em prometer” (Bauman, 2003:169).

No século XX as identidades nacionais foram forjadas através de coisas tão distintas quanto campeonatos de futebol, festivais da canção ou o enaltecimento da mitologia nacional. Tudo isto se trata de projeções visuais duma identidade coletiva, exterior ao indivíduo. “Hoje essa identidade genérica, apaziguadora de tensões sociais, foi substituída pela expressão individual” (Zagalo, 2015, p. 27). Uma vez que o individualismo não se apega a nenhum simbolismo de grupo (Bauman, 2003), os interesses e expressão pessoais são um obstáculo à manutenção duma identidade universal. No entanto, os indivíduos passam a identificar-se com grupos cujos valores partilham como forma de afirmação da sua própria individualidade. Isto significa que os indivíduos passam a servir-se da comunidade para fazer valer os seus interesses e os seus valores. Este fenómeno é um produto da desvinculação social, não obstante, estimula os vínculos a pequenos grupos, ou comunidades. Porém, num mundo individualista só se podem criar comunidades fechadas, compostas por pessoas que se reúnem em torno dum interesse comum, independente da restante sociedade.

Esta recente busca pela comunidade parece ser o resultado do sentimento de insegurança e da falta de recursos. Em primeiro lugar, a familiaridade existente dentro das comunidades diminui a sensação de insegurança (Bauman, 2006; Judt, 2012). A formação de comunidades parece contrariar o sentimento de incerteza e falta de rumo, uma vez que fornece aos indivíduos uma rede de apoio. Em segundo, a crise económica de 2008 tem forçado grande parte da população a encontrar soluções alternativas para a manutenção do seu nível de vida. A economia de partilha surge neste contexto, e é largamente apoiada pelas redes sociais virtuais. A mudança de hábitos de propriedade para hábitos de partilha tem como base a confiança instaurada pela tecnologia de comunicação e, também, uma desconfiança crescente sobre o consumismo desenfreado que parece ter originado, em parte, a crise.

Atualmente tudo pode ser partilhado, desde um sofá ao carro. Curiosamente, os contactos *on-*

line resultam em maiores trocas e facilidade na partilha *offline*. Exemplo disto são os *sites Couch-Surfing*, em que é possível encontrar alojamento gratuito durante as férias em casa dum desconhecido. Os especialistas afirmam que, em vez da tradicional relação de propriedade, este tipo de consumo se baseia no acesso fácil e imediato a alguma coisa. Para o garantir, o indivíduo tem que se integrar numa comunidade de confiança, logo, para garantir a sua liberdade tem que recorrer a uma forma de comunidade. A partilha de espaços parece ser apenas uma consequência natural (Moriset, 2014; DeGuzman e Tang, 2011).

4. Cohousing e Coworking

Na habitação, o *Cohousing* – criado em 1972 na Dinamarca – surge como uma solução de vida para as famílias de classe-média trabalhadora. À semelhança dum condomínio fechado, uma unidade *Cohousing* é um conjunto de habitações privadas e infraestruturas colectivas que permitem aos seus habitantes o acesso a comodidades. Contudo, em *Cohousing* as infraestruturas comunitárias são mantidas pela comunidade, resultando em espaços comuns que são extensões dos fogos privados. Além disso, a comunidade oferece uma sensação de maior segurança do que os condomínios fechados e guardas contratados, porque é mais completa. A familiaridade diminui a insegurança (Bauman, 2006; Judt, 2012).

Outro modo, mais actual, de comunidade no espaço é o *Coworking*. O aparecimento deste conceito está associado à terciarização da população e à economia de conhecimento e de partilha, à democratização dos computadores e à acessibilidade da internet. Impulsionado pela crise de 2008 e pela diluição do escritório tradicional, este modo de trabalho permite aos indivíduos o acesso a um local e trabalho e a colegas de diversas áreas. Embora os *coworkers* não trabalhem com um mesmo objetivo, eles recorrem ao conhecimento do outro para desenvolver o seu trabalho, criando relações de camaradagem. Assim, os espaços resultantes do *Coworking* tendem a privilegiar a informalidade, o movimento e a troca, um pouco à semelhança dos *ateliers* de artista. Por ter maior impacto nas cidades em que o sector terciário é predominante, existem casos em que antigos complexos fabris foram adaptados para uma variante do conceito. Em Lisboa, o caso de maior relevo trata-se da *Lx Factory*, em que diversas atividades complementares se misturam ao longo duma rua.

5. Comunidades na Cidade

Estas novas formas de comunidade são vinicamente pós materialista sem deixarem de ser individualistas. Elas existem em consequência da vontade individual dos seus elementos, o que significa que os indivíduos são independentes dessa comunidade. Apesar de ainda estar ligada ao consumo, existe uma crescente valorização das experiências humanas, do Eu, sobre a posse directa de bens materiais. Apesar dos exemplos ligados ao consumo, a verdade é que a sociedade contemporânea permite o surgir de comunidades momentâneas pela partilha de experiências, histórias de infância ou problemas. A Geração Y, aquela dos adolescentes que se tornarem adultos na viragem do século e que é a primeira a ter crescido totalmente conectada à *internet*, serve-se das redes sociais para se integrar neste tipo de comunidades. As suas relações não são reguladas do mesmo modo que as gerações anteriores. Historicamente, esta geração é também a mais bem-formada, porém a Geração Y não estudou em bibliotecas mas sim em cafés e bares com *wifi*. Muitas das suas relações são originadas Online. Quando passam do mundo virtual para a realidade física, estes jovens procuram espaços neutros, onde a privacidade de cada um não seja devassada e onde possam conversar livremente (Pew Research Center, 2010).

Com o amadurecimento desta geração, assiste-se ao ressurgimento dos terceiros lugares. Oldenberg, em 1989, criou este termo para descrever lugares fora do lar e do escritório, onde as pessoas se encontram e socializam de forma livre e informal (Oldenberg, 2009). Tratam-se dos locais públicos por excelência. Se na década de 80 estes espaços pareciam destinados à extinção, hoje as barbearias, cafés, lojas, parecem insuflados de nova força. Estes espaços parecem garantir a proximidade e nível de identificação necessários às novas gerações, eles reaproximam-se numa escala local, mais comunitária, e, por conseguinte, da vida própria urbana.

Significa isto um retorno à comunidade? A *Gemeinschaft*³⁵, tal como Tönnies (2000) a descreve, está baseada em compromissos de longo prazo, de direitos inalienáveis e obrigações irrenunciáveis e que são realidades basilares para o seu futuro. Atualmente, o mundo parece demasiado volúvel para permitir este tipo de comunidades. Recentemente, Bauman (2003) descreveu um novo tipo de comunidade, a comunidade estética. Esta comunidade baseia-se numa impressão estética que é comum aos indivíduos, como a idolatria numa estrela *pop*. Esta

comunidade dura apenas o instante da impressão, porém pode prolongar-se indefinidamente no tempo. Embora não sejam equivalentes, é possível criar um paralelismo entre este tipo de comunidade e a comunidade de interesses que surge da economia de partilha.

Tome-se um grupo de Alcoólicos Anónimos como exemplo. A permanência dos indivíduos no grupo, só se verifica durante o período de resolução do seu problema, neste caso a alcoolémia. São as suas vivências comuns e as regras de conduta dentro do grupo que os aproximam, criando entre eles um elo forte e sentimento de inclusão. Contudo, a garantia e segurança que é dada a cada um dos indivíduos é suficiente para que o grupo seja visto como algo útil nas suas vidas. A Geração Y parece considerar este novo modo de encarar a comunidade como uma garantia de futuro. O sucesso destas comunidades está no valor que lhes é atribuído pelos indivíduos, ao vê-las como uma extensão de si próprios e como meio de concretizarem a sua individualidade. A sua forma e número parece ter-se multiplicado nos últimos anos.

Seguindo o raciocínio, agora no contexto urbano, à medida que o individualismo se funde com as novas comunidades, os edificios monofuncionais isolados começam a perder sentido. Retoma-se a preferência pela multifuncionalidade e pela hibridização do espaço. O lugar pode ganhar sentido através da comunidade, que pode defendê-lo, conservá-lo, recriá-lo (Bauman, 2003). Em Lisboa, isto é visível em projectos como a *Lx Factory*, *Village Underground Lisboa*, *Pensão amor*, *Mercados de Campo de Ourique* e *da Ribeira*, e tantos outros que nos últimos anos têm incentivado criação de oportunidades através da sociabilidade e da fusão de usos. É neste sentido que a Geração Y manifesta o desejo de participar e colaborar, pois acredita que é a melhor forma de garantir o futuro. É possível encontrar exemplos disto na gestão e planeamento urbano, na habitação e no trabalho, através das iniciativas participativas, e de conceitos como *Cohousing* ou *Coworking*. Estes espaços pretendem reflectir a vida e os valores da comunidade a que estão associados. Até certo ponto estas comunidades estão dissociadas da envolvente, contudo elas permanecem ligadas *online* a uma comunidade mais larga.

Na gestão e planeamento urbanos, as políticas de participação são uma manifestação desta comunhão momentânea de interesses gerada pela proximidade espacial. A participação significa que os cidadãos preferem tomar nas mãos o destino do local em que habitam, como garantia

³⁵ *Gemeinschaft* (Comunidade): Tönnies (2000) define-a como aqueles grupos orgânicos e restritos que partilham a língua e costumes.

de que esses espaços estarão sempre de acordo com as suas necessidades. Apesar da sua origem nos movimentos revolucionários da década de 60, rapidamente as autoridades começaram a promover as iniciativas participativas, como forma de incluir os cidadãos na construção das cidades. Deste modo, é possível conseguir uma aproximação a um possível equilíbrio entre a vontade da população e o lugar do Estado enquanto regulador social. Em Lisboa iniciativas como o Orçamento Participativo ou o programa BIP/ZIP enquadram-se nesta estrutura.

Apesar de serem promovidas pelas Autoridades, as iniciativas deste tipo são o reflexo da atomização social e do recuo da ação do Estado. De algum modo elas recuperam um pouco da vida coletiva sem, no entanto, perder a liberdade individual. Aliás, é através das comunidades que os indivíduos se têm tornado mais interventivos na cidade, moldando-a de acordo com os seus interesses e não segundo uma orientação abstrata.

6. Do Presente para o Futuro

Assim, pode afirmar-se que numa sociedade individualista apenas o espaço individual é positivo. Numa primeira instância isso significa a corrosão das antigas estruturas urbanas em prol da vontade individual. Contudo, a recente evolução da sociedade mostra que os indivíduos se prontificam a aceitar determinadas formas de comunidade, que lhes sejam vantajosas. A reintegração de comunidades nas cidades não é demasiado difícil pois, como se viu, o princípio de comunidade está na base de muitos centros urbanos. Pela sua escala e configuração, muitos destes locais são propícios à instalação de comunidades. Por outro lado, a variedade e carácter distintivo destes centros torna a integração numa comunidade mais simples. Assim, acredita-se que a integração de indivíduos em comunidades de interesses é um primeiro passo para um reajustamento entre cidade e sociedade. “Refere-se à cidade como um aglomerado complexo de comunidades. Talvez, voltar a esta concepção e pensá-la como um sistema de organismos e não como um único corpo, possa fazer sentido na atualidade” (Tönnies citado por Zagalo, 2015, p. 41). Adjacentes ao sentimento de pertença ao lugar estão a identificação e o conhecimento do Outro, logo criam-se relações de confiança e segurança.

A identificação das comunidades modernas com um lugar público, de preferência já consolidado, permitirá a reintrodução da cidade no quotidiano social. Estes espaços não terão a

forma das grandes praças públicas, no sentido em que primariamente servirão a comunidade ali residente e só depois a sociedade. Por outras palavras, os espaços públicos pertencerão a uma comunidade (Zagalo, 2015). Neste sentido caberá ao Estado evitar desequilíbrios e rivalidades entre comunidades, deixando o papel de zelador dos interesses comuns e assumindo-se como mediador entre as diversas vontades.

Em suma, mostrou-se que atualmente o valor do indivíduo se sobrepõe ao da sociedade, pelo que se privilegiam espaços privados sobre os públicos. Contudo, a recente assimilação das comunidades como forma de afirmação pessoal recupera, em parte, algumas vivências próximas das comunidades. Assim, o ressurgimento da comunidade deve ser integrado na forma de pensar e (re)construir cidade. Por outro lado, cada vez mais, a difusão de iniciativas de participação ou de comunidade no trabalho e habitação implica o envolvimento dessas comunidades no processo de conceção, de modo a que os espaços estejam genuinamente adaptados aos indivíduos.

Finalmente, e uma vez que a diversidade de indivíduos é imensa, conclui-se que cada vez faz menos sentido pensar a arquitetura e a cidade através de soluções genéricas e padronizadas, dirigidas a uma média abstrata. Pelo contrário, deve dar-se mais ênfase à diversidade de indivíduos, construindo soluções concretas para as populações existentes, garantindo assim uma correta apropriação e manutenção dos espaços pelas populações, e salvaguardando a adequação da cidade à estrutura social existente.

Construir cidade é sempre um exercício de transposição do presente, onde é possível explorar o passado e descobrir o futuro.

Referências bibliográficas

- Bauman, Z. (2003), *Comunidade: en busca de seguridad en un mundo hostil*. Madrid: Siglo XXI.
- Bauman, Z. (2006), *Confiança e medo na cidade*. Lisboa: Relógio d'Água Editores.
- DeGuzman, G. e Tang, A. (2011). *Working in the UnOffice: a guide to coworking for indie workers, small business and nonprofits*. San Francisco: Night Owls Press LLC.
- Delfante, C. (1997). *A Grande História da Cidade – da Mesopotâmia aos Estados Unidos*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Judt, T. (2012). *Um tratado sobre os nossos atuais descontentamentos*. Lisboa: Edições 70.
- Moriset, B. (2014). *Building new places*

for the creative economy: the rise of coworking spaces. Proceedings of the 2nd Geography of Innovation, International Conference, 23-24 January 2014, Utrecht University, Utrecht (The Netherlands), disponível em <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00914075>

- Oldenburg, E. (2009). *Understanding Institutional Diversity*. Princetown: Princetown University Press.

- Pew Research Center (2010). *Millenials, a portrait of generation next*. Washington: Pew Research Center.

- Scott, J. (2003). “Authoritarian High Modernism”, in S. Campbell, S. and Fainstein, (Eds.). *Readings in Planning Theory*. Malden, MA: Blackwell Publishers, pp. 125-142.

- Tönnies, F. (ed. Harris, J.) (2000). *Community and Society*. Cambridge: Cambridge University Press.

- Zagalo, R. (2015). *Comunidade, uma forma de pensar a cidade; Cohousing, Coworking e Codesigning na cidade de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Arquitectura, Faculdade de Arquitectura, Universidade de Lisboa.